

A Imprensa Oficial no Período Imperial na Província de São Paulo

Julio Couto Filho¹

Mesmo antes de surgir a imprensa oficial, fazia-se necessário os atos oficiais serem divulgados e terem alguma publicidade, condição mínima caracterizadora da ação pública no estado de direito e garantidora de sua imparcialidade e lisura atinente tanto ao âmbito do direito processual como do direito administrativo, ainda que isso devesse se operar na administração imperial, visto que houve no Brasil uma monarquia constitucional. Para tanto, os atos oficiais eram, em princípio e de viva voz, apregoados em vias públicas e levados ao conhecimento da população, justamente em locais em que grande contingente de pessoas costumava se aglomerar. Ainda segundo outro costume antigo, afixava-se texto impresso de conteúdo oficial em locais públicos quando o poder público não dispunha de jornal oficial para o cumprimento da publicidade². O Brasil, ainda que com resistências, desde a época da Independência seguia o itinerário que o conduziria à República.

Até então não havia, formalmente, um princípio de publicidade – e a mais estrita observância dele – e o direito administrativo encontrava-se ainda em formação, mesmo com o advento da constituição republicana de 1891, mas a criação do *Diário Oficial* de São Paulo nesse ano, por seu turno, está relacionada com a realização do próprio ideário político e filosófico republicano.

Com o surgimento da imprensa, os governos tiveram a necessidade de criar a sua própria – ou seja, uma imprensa oficial divulgadora dos atos governamentais –, além de uma oficiosa, para rebater críticas possíveis de uma imprensa independente e opositora, mas também para melhor fazer compreender a sua política e cooptar simpatizantes. A princípio, na época em que São Paulo ainda era uma província, não dispunha de uma imprensa oficial, com tipografia própria, que viria a ser inicialmente denominada *Typographia do Estado*. Esta foi criada por decreto tão somente em 1891³, e desde então passou a imprimir não apenas o *Diário Oficial*⁴, mas também outros impressos, como papéis oficiais

¹ Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Executivo Público do Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

² Era corrente a prática de se afixarem editais nos corredores dos fóruns e cartórios, mesmo em cidades em que a imprensa já se encontrava desenvolvida na primeira década do século XX, como São Paulo. Cf. FREITAS, Afonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1915. p. 05.

³ Conforme o decreto nº 162 de 28 de abril de 1891.

⁴ O seu surgimento foi anunciado pelo *Correio Paulistano*, responsável pela publicação de matéria oficial até então por ser órgão oficial do Partido Republicano. O primeiro diretor do *Diário Oficial*, João

necessários ao funcionamento da Administração Pública e até livros. Cumpre observar que a necessidade de se criar uma imprensa oficial decorre do fato de o Brasil ter se tornado uma República. Não que antes não houvesse tal necessidade, mas a Província de São Paulo não possuía devida representação no âmbito do governo imperial, demasiado centralizador e indiferente aos clamores de uma burguesia ora ascendente do oligopólio do café, mas também potencialmente ameaçadora de forças políticas republicanas.

É significativo que a implantação da Imprensa Oficial de São Paulo tenha ocorrido na Tipografia Diniz & Sol, nos fundos da Igreja dos Remédios da Praça João Mendes (demolida em 1941), refúgio de escravos e reduto de abolicionistas, onde anos antes era editada a principal publicação abolicionista de São Paulo, *A Redempção*⁵.

Houve tentativas no sentido de implantar, com o auxílio do Governo Central, uma imprensa no período imperial em São Paulo, que, aliás, havia sido prometida por uma junta diretora da Tipografia Nacional estabelecida pelo Ministério da Fazenda, fazendo-se representar o Imperador Dom Pedro I, em 8 de janeiro de 1823. Tal imprensa prometida, com aprovação do governo imperial e determinado o envio de um prelo, por ofício de 25 de fevereiro de 1823, jamais chegaria à Capital paulista, a despeito dos esforços feitos por parte da Junta Governativa de São Paulo (Triunvirato de Mateus de Abreu Pereira, José Correia Pacheco e Silva e Cândido Xavier de Almeida e Sousa) e do primeiro presidente da Província, Lucas Antonio Monteiro de Barros, que tiveram as suas petições indeferidas.

Antes de surgir uma imprensa propriamente oficial no período do Império, houve, contudo, uma imprensa publicadora de atos oficiais presente nos chamados órgãos semioficiais que consistiam em jornais de particulares que publicavam matéria oficial.

O *Farol Paulistano*, publicado entre 1827 e 1832, foi o primeiro jornal paulista impresso que possuía gráfica própria e o primeiro também a publicar matéria oficial. Esse jornal possuía tendência liberal e foi redigido, entre outros, por Antonio Mariano de Azevedo Marques, conhecido por "Mestrinho", professor de latim e retórica, que fundou e dirigiu *O Paulista*, de fato o primeiro periódico paulista, que circulou de 1823 a 1824, embora fosse

de Araujo, havia sido redator do jornal *A Federação*. Ele permaneceu no cargo até o mês de dezembro de 1891, sendo substituído por Horacio de Carvalho. Cf. FREITAS, Affonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typographia do "Diário Oficial", 1915. p. 370.

⁵ Tendo à sua frente o dirigente e redator Antonio Bento de Souza e Castro, era folha abolicionista bissemanal, considerado um dos mais importantes e influentes libelos abolicionistas de São Paulo. Possui seção intitulada "Álbum abolicionista", com notícias de cartas de liberdade concedidas em qualquer província do Império. O nº 1 traz a seção "Propaganda abolicionista", com o poema "Saudades do Escravo", de José Bonifácio, e na seção "Letras", o conto "O Escravo", de José Feliciano. Um "folhetim" constante dessa Folha, presente em todo o seu primeiro ano e depois, foi "A Cabana do Pai Thomaz". Em 1888, o periódico acompanha com suas matérias o decorrer do processo abolicionista praticamente dia após dia. Um dado interessante é que já continha anúncios comerciais. Cf. também MARANHÃO, Ricardo (Coord.). *Um Retrato no Jornal – A História de São Paulo na Imprensa Oficial (1891-1994)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado (IMESP), 1994. p. 15.

manuscrito por uma equipe de amanuenses. Foi redigido também por José da Costa Carvalho, membro da Assembléia Constituinte Brasileira, pela Bahia; deputado por São Paulo na primeira, segunda e quarta legislaturas; presidente da Câmara dos Deputados e do Senado; membro da Regência Trina; diretor da Faculdade de Direito de São Paulo de 1835 a 1836; senador pela Província de Sergipe em 1838. Também recebeu o título de Barão de Monte Alegre, em 1841; assumiu a presidência da Província de São Paulo em 20 de janeiro do mesmo ano e, ainda, recebeu o título de visconde, em 1843. Em 1849, tornou-se presidente do Conselho de Ministros e, em 1854, recebeu o título de marquês.

Os exemplares de *O Farol Paulistano* que se encontram no Arquivo Público do Estado de São Paulo estão encadernados e representam aproximadamente 56% de todas as suas edições. O período abrangido por eles vai de setembro de 1827 a outubro de 1830, sendo que o jornal começou a circular em 7 de fevereiro de 1827 e foi encerrado em meados de 1832⁶. Esse jornal era, a princípio, semanal, sendo que, posteriormente, passa a circular duas vezes por semana, sempre com quatro páginas, assim como muitos outros que o sucederam nessa fase inaugural da imprensa em São Paulo. O caráter “liberal” do jornal, indicado por Freitas Nobre, diz respeito à exigência da prometida constituição outorgada por Dom Pedro I, bem como o cumprimento das leis constitucionais⁷.

O Novo Farol Paulistano, que começou a ser publicado em 1831, por seu turno, era um periódico bissetimanal, publicado às terças e quintas, e “semioficial”, pelo fato de publicar, em parte, conteúdo oficial, segundo Affonso A. de Freitas. Foi publicado até 14 de novembro de 1834 (edição n. 314), sendo que, a partir de então, não teve mais publicações oficiais inseridas em seu corpo, e as mesmas passaram a ser feitas por *O Paulista Oficial*, que iniciou suas atividades em 19 de novembro de 1834. Desde então, *O Novo Farol Paulistano* tornou-se um semanário independente, publicado apenas às quartas⁸.

A imprensa oficial de São Paulo, propriamente, é inaugurada com o advento de *O Paulista Oficial*, que inicia suas atividades em 1834⁹. Como diz o próprio nome, era um

⁶ É o que indica Freitas Nobre em sua *História da Imprensa em São Paulo* (1950), o que contradiz o registro de Affonso de Freitas, que assinala o ano de 1833 como de término.

⁷ Outra indicação do caráter liberal do jornal está relacionada à sua legenda em francês (o seu lema): “La liberté est une enclume que usera tous les marteaux.”, cuja tradução é “A liberdade é uma bigorna na qual podem ser usados todos os malhos.” (Para Affonso A. de Freitas, 1915, p. 16, o “programa” do *Farol* era a defesa de ideais políticos.)

⁸ Fundado por José Manuel da Fonseca e Francisco Bernardino Ribeyro, em sua primeira fase era impresso na tipografia de *O Farol Paulistano* para, depois, ser impresso na tipografia Costa Silveira, localizada na rua São Gonçalo, nº 14. Também a partir dessa sua independência, passa a usar a mesma divisa (lema) de *O Farol Paulistano*: “La liberté est une enclume que usera tous les marteaux.” Em sua primeira fase, era usada a sentença de Droz: “Celui que dedaigne la moderation repousse la justice.” (“Aquele que desdenha da moderação repugna a justiça.”)

⁹ O periódico trazia em epígrafe, como lema (conforme o costume da época), os seguintes dizeres em latim: “Maledictus qui errare facid caecum in itinere.” (Deuteronômio, cap. 27, vers.18: “Maldito aquele que faz um cego errar em seu caminho.”). Em sua nova fase, a epígrafe foi substituída por uma máxima de Achille Mural: “Il est juste, en effet, que les affaires qui interessant la totalité des citoyens

periódico governamental e tratava de questões da Província, sendo editado por Luiz Maria Paixão e impresso na tipografia de *O Farol Paulistano*. Em um primeiro período, era publicado às quintas e aos sábados todas as semanas. A propriedade do periódico, bem como a da tipografia de *O Farol Paulistano*, contudo, somente passou à Província com a promulgação da lei provincial número 01, de 9 de março de 1835¹⁰.

De setembro a dezembro de 1835, passou a ser publicado às terças, quintas e sábados. A partir dos anos seguintes, *O Paulista Oficial* passou a ser publicado diariamente, menos aos domingos e em dias consagrados (como “dias santos” e “de guarda”), bem como durante os trabalhos legislativos provinciais. O mesmo jornal voltava a ser editado três vezes por semana no intervalo das sessões¹¹.

O Paulista Oficial foi substituído por outro jornal oficial do Governo da Província, o *Paulista Centralizador*. Esse último era órgão bissemanal oficial, tendo sido iniciada a sua publicação em 14 de maio de 1838. Possuía as dimensões de 21x31cm e quatro páginas de duas colunas. Nele publicavam-se atos oficiais do Governo e trabalhos do Legislativo, basicamente¹².

Assim como *O Paulista Centralizador* substituiu *O Paulista Oficial*, o mesmo veio a ser substituído por *O Governista* em 1842, sendo um periódico publicado às terças, quintas e sábados na *Typographia do Governo*, que havia sido arrendada a Silva Sobral com a finalidade de divulgar atos oficiais¹³. O seu texto consistia na publicação de Atos do Governo Geral e do Judiciário, além dos atos do Governo Provincial. Além disso, este foi o primeiro jornal impresso em imprensa própria do Governo, mas isso a partir de 1847.

O Governista também foi o primeiro periódico paulista que se conhece que inseriu anúncios propriamente comerciais em suas colunas. Propunha-se publicar anúncios a 80\$ réis a linha. Os anunciantes começaram a aparecer com regularidade a partir do seu terceiro

soient comunes de chacun d'eux dans tous de tails.” (“É justo, com efeito, que os assuntos que interessam à totalidade dos cidadãos sejam comuns a cada um deles em todos os aspectos”).

¹⁰ No interregno do advento de *O Farol Paulistano* até o surgimento de *O Paulista Oficial*, São Paulo viu circular cerca de sete periódicos (seg. NOBRE, *apud* DUARTE, Paulo. *História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo: USP; CJE, 1972. p. 7). Além do combativo *Observador Constitucional*, de Líbero Badaró, circularam também o primeiro *Correio Paulistano*, em 1831; um outro *Paulista*, em 1831; *O Novo Farol Paulistano* e a *Voz Paulistana*, também em 1831; e o *Federalista*, em 1832. Eram dirigidos, em sua maioria, por estudantes da recém-criada Faculdade de Direito.

¹¹ O seu primeiro número, segundo a *Chronologia Paulista*, de Jacintho Ribeiro, surgiu em 23 de outubro de 1834.

¹² O seu lema, escrito em português, era: “Os elementos da luta, contidos no seio de cada associação, se enfraquecem à medida que o princípio interior de ordem, de harmonia e união ahi lança mais profundas raízes.” Uma peculiaridade desse periódico era defender políticos governistas das críticas feitas pelo *Observador Paulistano*, bem como por outros jornais de oposição. As assinaturas eram feitas na própria tipografia do Governo e a sua venda avulsa era feita na mesma tipografia e na rua Santa Tereza que, a partir de 1836, passa a ser na rua do Carmo.

¹³ A *Typographia do Governo* era arrendada a Silva Sobral nos primeiros anos (1842), passando, a partir de 1847, a ser impresso “em Palácio” e em tipografia própria.

ano de existência e lhes era destinada a última coluna da quarta página que mal chegava à metade com anúncios.

O jornal diário *Correio Paulistano* também passa a publicar atos do governo provincial¹⁴. Do novo governo da Província, entretanto, passará a publicar atos oficiais o *Ypiranga*, órgão do Partido Liberal em São Paulo, representante do Partido Progressista de Tavares Bastos; isto é, até a ocasião da destituição do Partido Progressista pelo Partido Conservador, que teve como seu órgão um jornal cujo nome era *O Conservador*, publicado em 1850 e impresso pela Tipografia do Governo e da Viúva Sobral¹⁵. Isto ocorre quando o *Ypiranga* passa a fazer oposição ao governo de Cândido Borges Monteiro, Barão de Itaúna, vindo a deixar de publicar os atos do novo governo. O fundador do jornal, Candido José de Andrade, que possuía, ainda, a prerrogativa de publicar matéria oficial, cria um outro jornal de título sugestivo: *O Imparcial*. Apesar de o primeiro número de *O Imparcial*, de 30 de julho de 1868, ter publicado matéria oficial, o seu contrato foi tacitamente rescindido e, do número 2 em diante, passaria a publicar apenas matéria oficial transcrita de outros jornais¹⁶.

Após o *Ypiranga*, surgiram até pouco antes da proclamação da República outros órgãos ditos semioficiais, isto é, que possuíam uma parte oficial, como o *Commercial*, de 1851, que era semanal. *O Compilador Paulistano*, de 1852, entretanto, era órgão oficial do Governo da Província de São Paulo. Ele era publicado duas vezes por semana, às quartas e sábados, mas sua tipografia não pertencia ao Governo, e sim a Antonio Louzada (a Tipografia 2 de Dezembro)¹⁷.

¹⁴ Em 1853, segundo Ricardo Maranhão [em *Um Retrato no Jornal – A História de São Paulo na Imprensa Oficial (1891-1994)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado (IMESP), 1994. p. 27], surge na cidade o primeiro jornal diário, *O Constitucional*. No começo era publicado duas vezes por semana. De acordo com esta referência, até o número 87 trazia parte oficial com expedientes e despachos da Assembleia Provincial e uma parte literária e comercial com anúncios. A partir do número 88, publica apenas os debates da Assembleia Provincial. Apresenta, também, balanço e estatística da instrução pública em São Paulo. Foi seguido, em 1854, pelo *Correio Paulistano*, de orientação liberal-moderada. “Nos anos seguintes, o *Correio* passou a publicar o expediente oficial do governo provincial; mas, em 1867, teve esse contrato rescindido por ter feito oposição ao então presidente da Província José Tavares Bastos.” De acordo com Paulo Duarte (*História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo: USP; CJE, 1972. p.17), “o ‘Cabrião’ adquiriu notável influência. Foi o primeiro jornal de S. Paulo que teve coragem de atirar-se contra desordens promovidas por estudantes. Estes reagiram apedrejando a redação e, dada a indiferença da polícia, a sua direção fez publicar uma ‘secção livre’ no ‘Correio Paulistano’, que valeu a este uma intimidação do governo da Província, sob a chefia de Tavares Bastos, à qual respondeu altivamente, como sempre, Azevedo Marques, diretor proprietário do ‘Correio’, motivando a rescisão do contrato que tinha o jornal para publicação dos atos oficiais. Esse incidente deu origem a um novo jornal, ‘O Ypiranga’, ao qual passaram as publicações oficiais, muito mal recebido pelo público, dada a sua origem por assim dizer oficial e pela impopularidade de Tavares Bastos.”

¹⁵ Entretanto, *O Conservador*, como muitos outros órgãos oficiais, não publicava apenas matéria oficial. No caso deste jornal, era frequente a publicação de crônicas de caráter político, notícias da Corte e do Interior que eram tiradas de outros jornais da época, assim como anúncios.

¹⁶ FREITAS, Affonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1915. p.203.

¹⁷ *Ibidem*, p.117.

Cumpra dizer que órgãos liberais e conservadores se alternavam no que diz respeito à publicação de matéria oficial fixada por contrato com os vários governos da Província de São Paulo, de acordo com o partido que chegava ao poder. Desse modo, não havia um jornal fixo para publicação de matéria oficial, mesmo aqueles inteiramente devotados a isso.

Havia imprensa oficial no período, mas não havia legislação específica que determinasse apenas um órgão oficial que fosse exclusivamente destinado a isso; não havia, em outras palavras, princípio de unicidade.

Referências Bibliográficas

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. *O problema da imprensa*. 3. ed. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 1997.

CRUZ, Heloísa de Faria (Org.). *São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana 1870-1930*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

_____. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: Educ; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

DUARTE, Paulo. *História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo: USP; CJE, 1972.

FREITAS, Affonso A. de. A imprensa paulista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XIX, p. 321-1.133. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1914.

_____. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1915.

_____. Notas à margem do estudo “A imprensa periódica”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XXV, p. 445-490. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1928.

_____. O primeiro centenário da fundação da imprensa brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XXV, p. 7-42. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1928.

MARANHÃO, Ricardo (Coord.). *Um Retrato no Jornal – A História de São Paulo na Imprensa Oficial (1891-1994)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado (IMESP), 1994.

NOBRE, Freitas. *História da imprensa de São Paulo*. Edição ilustrada com 14 gravuras. São Paulo: Leia, 1950.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TAUNAY, Affonso de E. *História da Cidade de São Paulo Sob o Império*. v. V (1831-1842). São Paulo: Coleção Departamento de Cultura Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1961.